

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

Servidor: JAMIL MURAD

CPF: 004.734.388-52 - **Matrícula:** 1157574

Tipo de Ato: APOSENTADORIA - **Processo:** 278000195/2012

Cargo: Médico - Classe Especial - Padrão V

Número do Ato: 002234-1

Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES)

Senhor Diretor,

1. Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de concessão de aposentadoria voluntária do Servidor Jamil Murad, matrícula nº 1157574, no cargo de Médico, publicado no DODF de 17/05/2012.
2. Na análise de sua alçada, o controle interno opinou pela legalidade da concessão.
3. O servidor acumulava dois cargos de médico, carga horária de 40 horas. O da SES/DF que deu origem à aposentadoria em apreço e o outro exercido na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com admissão em 01/12/1983, no regime celetista.
4. A acumulação foi considerada lícita no Processo GDF nº 278-000.195/2012, consoante consta do campo Acumulações Informadas.
5. A acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas está amparada pelo disposto no art. 37, inciso XVI, alínea “c” da Constituição Federal. Nada obstante, como há a necessidade de que seja observada a compatibilidade de horários, o Tribunal, por meio da Decisão nº 3371/2019, determinou que a jurisdicionada demonstrasse a compatibilidade de horários e adotasse outras medidas saneadoras:

Decisão nº 3371/2019

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar o retorno do ato à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) informe sobre compatibilidade da carga horária exercida na Secretaria de Estado de Saúde e Companhia Nacional de Abastecimento (emprego Técnico de Nível Superior - Médico, sob a Matrícula nº 1269016), nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à presente aposentação, de acordo com o entendimento firmado na Decisão nº 6.069/17; b) junte à aba Anexos e Observações os

documentos comprobatórios da jornada de trabalho diária cumprida pelo servidor em cada cargo e as conclusões sobre a licitude da acumulação, consoante consta do campo Acumulações Informadas, na aba Dados da Concessão; c) tendo em conta que foram averbados para a concessão em exame a prestação de 1.022 dias de serviço militar, ofício ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Companhia Nacional de Abastecimento-Conab, em face do contido no art. 55 da Lei nº 8.213/91, a fim de se evitar a contagem indevida deste tempo no Regime Geral de Previdência Social, anexando à aba Anexos e Observações os documentos pertinentes; II – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para os devidos fins”.

6. Em atendimento as determinações do Tribunal, constantes do itens I.a e I.b, da Decisão nº 3371/2019, na aba “Anexos e Observações”, foram juntadas folhas de ponto referente ao vínculo do servidor com a Conab; folhas de ponto referentes ao vínculo com a SES/DF; quadro de compatibilidade e parecer emitido pelo Núcleo de Avaliação de Acumulação de Cargos – NUAAC.

7. Em seu parecer, o Núcleo de Avaliação de Acumulação de Cargos – NUAAC concluiu pela ilicitude da presente acumulação de cargos, em face da incompatibilidade de horários.

8. Como a jurisdicionada havia também cumprido a contento, a determinação contida no item I.c, da mesma Decisão nº 3371/2019, o Tribunal considerou cumprida essa decisão e determinou que o interessado fosse notificado para que, caso quisesse, apresentasse suas alegações de defesa, ante a constatação da ilicitude da acumulação de cargos ou que optasse pela redução da carga horária do vínculo com a SES/DF:

Decisão nº 2013/2020

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 4448/2019-SES/GAB e considerar prejudicado o pedido de prorrogação de prazo solicitado pela jurisdicionada; II – ter por cumprida a Decisão nº3.371/19; III – determinar o retorno do ato à Secretaria de Estado de Saúde do DistritoFederal - SES/DF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) notifique, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório, o servidor Jamil Murad, no prazo de 30 (trinta) dias, para que, se for do seu interesse, apresente alegações de defesa, em face da constatação de ilicitude na acumulação de cargos, o que poderá resultar na ilegalidade da aposentadoria em exame, ou, alternativamente, opte pela redução da carga horária no vínculo toda Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF; b) junte à aba “Anexos e Observações” do SIRAC o comprovante de atendimento à alínea anterior; IV –autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.”

9. Após ser notificado, o servidor Jamil Murad apresentou sua defesa, a qual fora

anexada na aba “Anexos e Observações” e também juntada no Processo TCDF nº 15.669/2019, em dois momentos: e-doc 5DFE67F7-c, peça 26 (Documento Particular S/N) e e-doc 573A12A5-c, peça 30 (encaminhado pelo Ofício Nº 4842/2020 - SES/GAB, de 21/07/2020).

10. De início o defendente destacou que acumula lícitamente os proventos da aposentadoria do cargo de Médico da SES/DF com os da aposentadoria do cargo de Médico da CONAB, onde ele começou a trabalhar em dezembro de 1983, antes de ingressar no GDF.

11. Em seguida teceu comentários de que o cumprimento da jornada de trabalho na SES/DF era flexível, atendendo à necessidade do serviço, podendo ser realizado no período noturno, com visitas a hospitais, periciando servidores internados. Segundo ele, não havia horários conflitantes com a jornada de trabalho junto à Conab e ele mantinha constante comunicação com a chefia imediata nas ocasiões de sua ausência no trabalho.

12. Informou, ainda, o defendente que a carga horária na SES/DF não condiz com a realidade, pois não era cumprida como demonstrado e servia apenas para fins de remuneração. De forma que a carga horária não pode ser analisada, de forma isolada, com base em folhas de ponto que não representam a realidade. .

13. Argumentou ele que o Tribunal não pode tirar conclusões de forma prematura, com base em folhas de pontos e outros documentos sem constatar que “as jornadas efetivamente exercidas eram em conformidade com as determinações das Chefias Imediatas e de acordo com a necessidade da Administração Pública.” E, ainda, que a Corte de Contas deveria verificar o efetivo cumprimento das jornadas, por meio de prontuários e escalas médicas, junto às lotações em que ele esteve laborando.

14. Ao Final pediu que o Tribunal receba a defesa e acolha os esclarecimentos e razões de defesa apresentadas, para modificar seu entendimento e manter os proventos de sua aposentadoria junto à SES/DF no patamar de 40 (quarenta) horas semanais, e, ainda, que reconheça a licitude da acumulação de cargos e homologue sua aposentadoria.

15. Resumidamente, o defendente alegou que não havia choque entre as jornadas de trabalho dos cargos de médico que ocupava porque o seu cumprimento se dava de modo informal, negociado com as chefias imediatas. Busca ele desqualificar as folhas de ponto como elementos probatórios, alegando que seu preenchimento seria apenas formalidade, para fins de remuneração.

16. O inciso XVI do artigo 37 da CRFB e também o artigo 46 da LC distrital nº 840/2011, antes de elencar as exceções para as quais é permitida a acumulação de cargos, estabelecem a condição de que, em qualquer caso de acumulação de cargos públicos, deve haver a compatibilidade de horário.

17. E, essa compatibilidade deve ser demonstrada pelo servidor, conforme dispõe o §3º do citado artigo 46 da LC distrital nº 840/2011: “O servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.”.

18. Embora alegasse que a folha de ponto fosse apenas formalidade sem força probante, o defendente não apresentou nenhum outro documento que pudesse demonstrar o que ele alegou: que cumpria a jornada em horários não registrados na folha de ponto, acordados com a chefia imediata.

19. Por outro lado, as ponderações do defendente em relação às folhas de ponto vão de encontro a decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, nas quais, ao contrário, se atribui forte valor probante às folhas de ponto. Vejamos:

a) Acórdão 172694

“EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ADICIONAL NOTURNO. SERVIDOR DA EXTINTA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. PAGAMENTO INDEVIDO. COMPROVAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

II - O acervo probatório presente no feito reveste-se de idoneidade para escorar a alegação de que o autor desempenhou serviços noturnos em jornada excedente a 30 horas mensais, porquanto corroborada pelas folhas de ponto do recorrido, acostadas aos autos pelo réu e cuja autenticidade ressaia evidente.(...)” (grifei)

(Primeira Turma Cível; 20010110202909APC; Relator Desembargador NÍVIO GERALDO GONÇALVES; julgado em 31/03/2003; Trânsito em Julgado: 06/10/2003).

b) Acórdão: 1013254

“EMENTA

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS E PROVENTOS DE APOSENTADORIA. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. EXCEÇÕES. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. TEORIA DA CAUSA MADURA – ART. 1.013, §3º, INCISO I, NOVO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. CAUSA MADURA. SENTENÇA ANULADA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.

(...)

4. Observa-se que os cargos públicos acumulados pela parte autora/Recorrente possuem a

carga horária de 35 (mais 5h de plantão) e 40 horas semanais, o que já demonstra a dificuldade de cumprimento das duas jornadas. Além disso, analisando detalhadamente os autos eletrônicos, verifico que há incompatibilidade de horários entre os cargos acumulados pela parte autora, ora Recorrente. Conforme restou demonstrado nos IDS 1335996 e 1335991, referentes às folhas de ponto dos meses de março a dezembro de 2015, constata-se que, de fato, vários horários se chocam, ou seja, um se sobrepõe ao outro, o que comprova a incompatibilidade apontada. (...)” (grifei)

(Primeira Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL; RECURSO INOMINADO 0716823-32.2016.8.07.0016; Relator Juiz FABRICIO FONTOURA BEZERRA; Julgado em 27/04/2017; Trânsito em julgado em 21/05/2017).

c) Acórdão nº 93394

“APELAÇÃO. APOSENTADORIA. PROVENTOS. SERVIDORES DO DF - CARGA HORÁRIA VARIÁVEL. PROVA.

- Os proventos de aposentadoria dos servidores distritais com carga horária variável, são os correspondentes à jornada que predominou nos últimos três anos, servindo-se, para tal, a prova advinda das folhas de ponto onde se encontra registrada a carga diária de trabalho.” (grifei) (Quarta Turma Cível; APC4117896 - (0041178-02.1996.8.07.0000 - Res. 65 CNJ; Relator: Desembargador Everards Mota e Matos; julgado em 24/03/1997; Trânsito em julgado em 03/03/1998.)

20. Tendo em conta que o TJDF entende que as folhas de ponto têm força suficiente para comprovar a carga horária, que ao assiná-las o servidor declara ter cumprido, destacamos alguns pontos da análise da compatibilidade horária realizada pela jurisdição, cujas cópias estão juntadas na aba “Anexos e Observações”:

a) na CONAB, o servidor cumpria 20 horas semanais, de segunda a sexta-feira, de 14:00hs às 18:00hs;

b) Na SES/DF, cumpria 40 horas semanais, de segunda a Sexta-feira. As 40 horas eram divididas de forma variada que, normalmente, obedeciam aos seguintes padrões:

b.1) dois dias de 07:00hs às 13:00hs e de 13:00hs às 19:00hs; dois dias de 07:00hs às 12:00hs; e um dia 07:00 às 13:00;

b.2) três dias de 07:00hs às 12:00hs e de 13:00hs às 19:00hs e dois dias de 07:00hs às 12:00hs;

- c) todos os choques de horário ocorreram à tarde entre 14:00hs às 18:00hs;
- d) de outubro de 2011 até a data da aposentadoria, existem várias registros de trabalho entre 19:00hs às 07:00hs, todos registrados como horas-extras;
- e) análise da compatibilidade horária deveria abranger os cinco anos anteriores à aposentadoria, contudo não foi possível porque não foram encontradas as folhas de ponto, relativas ao cargo ocupado na SES/DF dos anos 2007 e 2008. E, em 2009, foram encontradas apenas as folhas de ponto de agosto e dezembro, meses em que houve sobreposição de horário nas segundas e nas terças-feiras de todo o mês;
- f) no ano de 2010, excluídos férias, feriados e ponto facultativo, de janeiro a maio, houve sobreposição de horário nas segundas e terças-feiras de todo o mês. E, nos meses de junho e de setembro a novembro, houve sobreposição de horários nas segundas, nas terças e nas quartas-feiras de todo o mês. Para julho e agosto não foram encontradas as folhas de ponto;
- g) no ano de 2011, excluídos férias, feriados e ponto facultativo, de janeiro até 22 de junho e de agosto a outubro, houve sobreposição de horário nas segundas, nas terças e nas quartas-feiras de todo o mês. Em novembro e dezembro, houve sobreposição nas quintas e sextas-feiras. Para julho não foram encontradas as folhas de ponto.
- h) no ano de 2012, excluídos férias, feriados e ponto facultativo, em janeiro, houve sobreposição de horários nas quintas e sextas-feiras. Em março, houve sobreposição nas terças e quartas-feiras. Em fevereiro abril e maio, as sobreposições de horários ocorreram em dias alternados, com as sobreposições variando de um a três dias na semana. Em fevereiro, foram 10 sobreposições em 19 dias úteis; em abril, 06 sobreposições em 21 dias úteis e em maio 05 sobreposições em 11 dias úteis (aposentadoria em 17/05/2012).
- i) para os meses em que houve a apresentação das folhas de ponto, excluídos os períodos de férias, os recessos de fim de ano, e o período de 26 de junho a 01 de julho, com registro de 2 dias de Licença-Médica, houve sobreposição de horário em todas as semanas. Ou seja, praticamente, em nenhuma semana houve registro de carga horária de 40 horas líquidas, sem sobreposição de horários.

21. Em suas razões de defesa, o interessado procurou desqualificar os controles formais de frequência ao trabalho sem apresentar nenhuma comprovação para suas alegações de que cumpria sua carga horária de forma não convencional, em contrapartida, o que se tem registrado nas folhas de ponto, conforme consta na análise do Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos – NUAAC, da SES/DF é que, praticamente, em todas as semanas do período analisado houve de um a três dias com sobreposição de horários e que todas as vezes que o interessado trabalhou fora do horário normal de expediente, não o fez como

forma de compensação, pois foi remunerado com horas extras.

22. Como o interessado não trouxe elementos que possam desconstruir a análise do Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos – NUAAC, da SES/DF, que demonstrou a incompatibilidade horária entre os dois cargos exercidos pelo interessado, na SES/DF e na CONAB, entendemos que o Tribunal possa tomar conhecimento da defesa apresentada, para no mérito considerá-la insubsistente. E, como consequência, poderá considerar ilegal a concessão em exame e determinar que a jurisdicionada esclareça ao Senhor Jamil Murad sobre a possibilidade de ele requer nova aposentadoria, desde que opte pela redução da carga horária para 20 horas semanais, conforme consta na parte final do item III.a da Decisão nº 2013/2010, conforme consta na parte final do item III.a da Decisão nº 2013/2010.

23. Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal que:

1) considere cumprido o item III da Decisão nº 2013/2020;

2) tome conhecimento das razões de defesa apresentadas pelo servidor Jamil Murad, em decorrência da determinação contida no item III.a da Decisão nº 2013/2020, a qual fora anexada na aba “Anexos e Observações” e também juntada no Processo TCDF nº 15.669/2019, em dois momentos: e-doc 5DFE67F7-c, peça 26 (Documento Particular S/N) e e-doc 573A12A5-c, peça 30 (encaminhado pelo Ofício Nº 4842/2020 - SES/GAB, de 21/07/2020), para no mérito considerá-la insubsistente;

3) considere ilegal, para fim de registro, o ato de concessão de aposentadoria em análise, devendo a jurisdicionada, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF);

4) determine a jurisdicionada que, em 30 dias, esclareça ao Senhor Jamil Murad, que ele poderá requerer nova aposentadoria desde que opte pela redução da carga horária para 20 horas semanais, conforme consta na parte final do item III.a da Decisão nº 2013/2010;

5) dê ciência da decisão que vier a ser adota ao interessado e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF;

6) autorize o arquivamento do feito.

À consideração superior.

Brasília, 17 de Agosto de 2020

RAIMUNDO JOSÉ VENTURA - Mat. nº 5703

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 13:18:39 - 28/08/2020